

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação 1ª edição (2017-2018)

Enap

Programa

SAIS – Área 2-A

70610-900 - Brasília – DF

Telefone: (61) 2020-3000

Dyogo Henrique de Oliveira

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Francisco Gaetani

Presidente da Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Formação Profissional e Especialização

Regina Luna Santos de Souza

Coordenadora-Geral de Especialização

Equipe:

Bruna Danielly

Eliane dos Santos Luz

Eliana Philomeno

Juliana Mota Loureiro

Maikel Trento

Renata Regina Cerri Scarpim

Thais Oliveira

Estagiário:

Carlos Eduardo Alves da Silva

Programa do Curso

1. Introdução

A Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação é um curso de pós-graduação lato sensu da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, de oferta presencial em sua primeira edição, prevista para o período de 2017-2018 para a qualificação de servidores públicos do governo federal em nível de pós-graduação, seguindo a regulamentação estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação.

2. Identificação do Curso

Nome do Curso: Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação

Certificação conferida: Especialista em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação

Modalidade: presencial

Duração: 18 meses

Área de Conhecimento: Políticas Públicas

Número de vagas oferecidas: 25

Ano e período letivo de início de funcionamento do curso: agosto/2017

3. Objetivo do Curso

Capacitar servidores públicos federais e empregados públicos federais para atuarem no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo capazes de realizar atividades nas áreas de ciência, tecnologia e inovação no âmbito do governo brasileiro em suas diferentes esferas de atuação.

3.1. Competências a serem desenvolvidas:

Compreender a relação ciência, tecnologia e inovação e desenvolvimento econômico e social;

- Distinguir e analisar a aplicação de instrumentos de política adequados para diferentes situações;

- Fortalecer as competências para monitorar e avaliar políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e sua interação com políticas públicas em temas relacionados;
- Construir sinergias entre agentes e instituições da ciência, tecnologia e inovação e suas áreas cognatas, bem como aprofundar a atuação brasileira no contexto científico, tecnológico e inovador no cenário internacional;

- Compreender as ameaças e oportunidades atuais e futuras enfrentadas por organizações públicas, no âmbito da gestão de ciência, tecnologia e inovação, para formulação de estratégias para o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentáveis e para a elaboração de políticas públicas.

4. Público-Alvo

O curso é dirigido a servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo e empregados públicos federais concursados que, preferencialmente, atuem ou tenham potencial para atuar em áreas relacionadas à produção de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, preferencialmente das carreiras de Ciência e Tecnologia.

5. Estrutura e duração do curso

O curso será oferecido na modalidade presencial e tem carga horária total de 360 horas, composta por 13 disciplinas obrigatórias a serem cursadas em até 3 semestres letivos. Além da carga horária de 360 horas, o aluno terá o prazo de 120 dias para elaboração e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Carga-horária semanal: 9 horas, distribuídas em 3 dias da semana, às segundas, terças à noite, das 19h às 22h, e quartas-feiras pela manhã, das 9h às 12 horas. A programação do curso pode contemplar momentos de atividades em período integral, dias consecutivos e/ou aulas aos sábados conforme programação a ser posteriormente divulgada.

6. Processo seletivo

Para ingresso no curso, o candidato deverá ser aprovado em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla duas etapas:

- i) análise e avaliação curricular; e
- ii) entrevista e análise de memorial e pré-projeto.

As informações utilizadas para a análise e avaliação curricular, de memorial e pré-projeto serão exclusivamente aquelas constantes do formulário de inscrição.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados para esse fim.

O curso será ofertado pela Enap sem ônus para os servidores ou para os órgãos aos quais estão vinculados.

7. Requisito para ingresso do curso

Para participação no curso é necessário atender aos seguintes requisitos: I. ser diplomado em curso superior reconhecido pelo MEC;

II. ser servidor público federal ocupante de cargo efetivo;

III. ser empregado público federal concursado;

IV. ser aprovado em processo seletivo conduzido pela Enap; e

V. apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula.

Os empregados públicos concursados que façam parte dos quadros de entidades federais que não recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal deverão arcar com os custos do curso da especialização que cursarem.

8. Metodologia

A Enap organiza sua oferta formativa tendo como fio condutor o conceito de competência, adotado no sentido proposto por Perrenoud, como sendo a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, valorativos e atitudinais para solucionar

com pertinência e eficácia uma série de situações. A aplicação desse conceito aproxima a educação e o mundo do trabalho. Isso significa que os desafios e requisitos de desempenho do servidor no exercício de seu trabalho fornecem os elementos para o desenho de sua formação profissional. A competência profissional extrapola o domínio de conceitos. É um conjunto complexo de capacidades, que envolve uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento para o exercício da análise, da avaliação e da compreensão do contexto no qual se age, além de habilidades e atitudes oriundas de sua ética e emocionalidade. O desenvolvimento de competências acontece na ação, no enfrentamento de problemas e em interação com o outro, porque é no exercício da ação que os recursos de capacidades do profissional são combinados e mobilizados. Em outras palavras, somente a vivência produz competências. É inerente ao exercício das competências que o ator disponha de autonomia e responsabilidade sobre os resultados de sua ação, o que o converte, por essência, em um agente de mudança e de inovação em favor de objetivos.

São valorizadas a capacidade analítica e a capacidade comunicacional como elementos que estão na base das competências do servidor público. Essas capacidades são recursos indispensáveis para que o profissional atue em situações típicas do setor público, marcadas geralmente por complexidade, conflito, escassez de recursos e incerteza.

O Curso de Especialização em Gestão Pública tem como foco o papel profissional do dirigente na gestão das organizações públicas. A Enap busca contribuir para que os servidores/profissionais públicos desenvolvam competências na ação governamental, comprometidos não só com a eficiência técnica, mas com o significado social do seu papel e com as consequências e as implicações ético-políticas de suas intervenções.

O pressuposto metodológico da competência no desenvolvimento profissional torna insuficiente o modelo da transmissão de conteúdos. Sendo a competência fruto da vivência, os processos pedagógicos orientam-se para a aprendizagem significativa e contextualizada, pela prática e para a prática.

Assim, a Enap adota a metodologia de aprendizagem do ensino-aplicação para a organização dos programas e definição das estratégias didático-pedagógicas. O ensino-aplicação, metodologia de aprendizagem inspirada no construtivismo educacional, consiste em promover a aprendizagem por meio da aproximação dos alunos, sujeitos de seu aprendizado, às questões e situações concretas da prática governamental, incorporando os saberes que dispõem em função de sua vivência.

Os alunos são levados a analisar, a compreender, a distinguir, a avaliar, utilizando-se de ferramentas de análise, os conceitos e preceitos da administração pública e do seu papel profissional, para (re)elaborar conhecimento sobre o contexto complexo da ação governamental e decidir sobre como agir e interagir em situações concretas.

Para o alcance desses objetivos pedagógicos, várias são as estratégias didáticas: simulações, estudos de caso, oficinas, pesquisas de campo, visitas técnicas, projetos de intervenção, exposição dialogada, perguntas orientadoras, entre outras que estimulem o pensamento reflexivo e crítico. Utiliza-se a diversificação de estratégias didático-pedagógicas dentro de um mesmo programa ou componente curricular, em respeito aos diferentes estilos de aprendizagem; bem como a combinação da aprendizagem individual

com a aprendizagem coletiva, por meio de atividades em grupo que favoreçam a troca de experiências. O professor especialista torna-se antes um facilitador do aprendizado.

Cabe destacar, para este Curso de Especialização, o recurso aos estudos de caso, desenvolvidos pelos docentes ou selecionados na Casoteca de Gestão Pública da ENAP, utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas. Além disso, serão promovidas visitas técnicas para análise de aspectos da gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, serão realizadas palestras sobre temas atuais da agenda governamental e painéis de diálogo com dirigentes acerca dos desafios do exercício da liderança nos principais processos de gestão, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

9. Avaliação

Em cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de estratégias variadas, como provas, trabalhos, estudos de caso, exercícios, estudo dirigido, ensaio reflexivo entre outros. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

10. Titulação

O título a ser conferido ao concluinte do curso será de Especialista em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para obtenção do título é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e normativos (programa, regulamento e edital de seleção).

11. Estrutura curricular

Os conteúdos e atividades do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Código	Disciplinas	Carga horária
D1	Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I para o desenvolvimento nacional	30h.
D2	O Estado como agente no desenvolvimento de C,T&I	30h.
D3	Sistema Brasileiro de C,T&I: instituições e órgãos	30h.
D4	Políticas Públicas de C,T&I no Brasil e no mundo	30h.
D5	Marco Legal de C,T&I, leis de incentivo e regulações setoriais no Brasil	30h.
D6	Propriedade Intelectual e Transferência de tecnologia	30h.

D7	Orçamento público (EAD)	20h.
D8	Fomento e financiamento para C,T&I	30h
D9	Informações e Indicadores em C,T&I	30h.
D10	Monitoramento e avaliação de Políticas de C,T&I	30h.
D11	Tópicos Especiais em Políticas de C,T&I	15h.
D12	Metodologia de pesquisa	30h.
D13	Práticas em gestão de Políticas de C,T&I	25h.
	Carga horária total	360h.

12. Objetivos de aprendizagem das disciplinas

D1. Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I para o desenvolvimento nacional

A disciplina deve capacitar o aluno para compreender conceitos como ciência, tecnologia, invenção e inovação. A partir disso serão abordados os tópicos: Ciência e economia; A tese de neutralidade da ciência; Paradigmas científicos; Relações de poder na ciência; Inovação como motor da economia capitalista; Processo inovativo: características, determinantes e fontes e; Busca, rotina e seleção.

D2. O Estado como agente no desenvolvimento de C,T&I

A disciplina deve capacitar o aluno para o entendimento das relações entre Estado (setor público) e empresas (setor produtivo) no processo de produção da inovação. Serão abordados os seguintes tópicos: Funções do Estado no século XXI; Características dos processos científico e inovativo; Racionalidade da intervenção pública: fomento ao conhecimento e falhas de mercado; Impactos socioeconômicos da CT&I; Evidências históricas; Apropriabilidade econômica da CT&I; Complexo industrial-militar; Instrumentos de intervenção: lado da oferta e lado da demanda.

D3. Sistema Brasileiro de C,T&I: instituições e órgãos

A disciplina deve capacitar o aluno para compreender e analisar o papel e a atuação dos atores sociais envolvidos nas atividades de C, T&I e nas políticas públicas dessa área. Serão abordados os seguintes tópicos: Evolução histórica da CT&I no Brasil; Instituições pioneiras; Governança, localização e natureza jurídica; Vinculação institucional e função no sistema de CT&I; Capacitação técnica e orçamento; Desempenho em CT&I.

D4. Políticas Públicas de C,T&I no Brasil e no mundo

A disciplina deve capacitar o aluno para a compreensão da atual conjuntura político econômica de C,T&I no Brasil e no mundo e os possíveis cenários futuros. Serão abordados os seguintes tópicos: Países líderes tecnológicos mundiais. Instrumentos de apoio; Evolução histórica comparada; Instrumentos: incentivos fiscais, gastos diretos, P&D regulado, compras públicas; Grandes planos nacionais; Impactos identificados.

D5. Marco Legal de C,T&I, leis de incentivo e regulações setoriais no Brasil

A disciplina deve capacitar o aluno para compreensão do Marco legal de C,T&I vigente no país, das particularidades de regulações setoriais e das leis de incentivo à inovação importantes para o entendimento do cenário atual. Serão abordados os seguintes tópicos: Legislações gerais: Marco Legal de C,T&I e regulamentações; Leis específicas de influência: Lei de Licitações, Regime de Diferenciado de Contratações, Lei da Carreira de C&T e regulamentações; Conceitos e definições, relações público-privadas, compras públicas, limites e possibilidades de atuação individual de agentes públicos, propriedade intelectual, instrumentos.

D6. Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

A disciplina deve capacitar o aluno para compreender a atuação do Estado nesses temas abordando suas instituições e mecanismos jurídicos. Serão abordados os seguintes tópicos:

Apropriabilidade econômica dos retornos da CT&I; Legislação nacional de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; Atividade de Patenteamento no Brasil; Relação Universidade-Empresa; Novas tecnologias e propriedade intelectual; Lei de Biodiversidade; posicionalmente internacional.

D7. Orçamento público (EAD)

A disciplina deve capacitar o aluno a compreender e analisar o orçamento público abordando as fontes de consulta e bases de dados sobre as finanças públicas, sua execução e planejamento. Espera-se que o aluno, ao final da disciplina, tenha capacidade de realizar pesquisas sobre financiamento público à atividades de C,T&I e de analisar informações financeiras sobre essas atividades.

D8. Fomento e financiamento para C,T&I

A disciplina deve capacitar o aluno para conhecer os diferentes tipos e funcionamentos de mecanismos de fomento para C,T&I do país. Serão abordados os seguintes tópicos: Instrumentos; Formas de execução; Governança dos recursos; Instituições envolvidas; Marco legal de referência; Setores afetados; Impactos; Experiências internacionais.

D9. Informações e Indicadores em C,T&I

A disciplina deve capacitar o aluno para coletar e utilizar informações sobre C,T&I e produzir e analisar indicadores sobre o tema. Serão abordados os seguintes tópicos: Indicadores de input e output; Confecção de indicadores; Limites e possibilidades dos indicadores; Comparações internacionais.

D10. Monitoramento e avaliação de Políticas de C,T&I

A disciplina deve capacitar o aluno para realizar os procedimentos básicos necessários às etapas de monitoramento e avaliação de políticas públicas de C,T&I. Serão abordados os seguintes tópicos: Coleta de informações; Análise de indicadores; Avaliação de impacto.

D11. Tópicos Especiais em Políticas de C,T&I

A disciplina tratará de tópicos atuais relacionados à temática do curso que irão variar de acordo com a especialidade do docente responsável.

D12. Metodologia de pesquisa

Ao final da disciplina, o aluno deverá se capaz de elaborar um projeto contendo os elementos inerentes ao trabalho científico; aplicar as normas e padrões de trabalhos de pós-graduação lato sensu; e definir objetos de pesquisa a serem desenvolvidos como artigos científicos ou projetos de intervenção que possibilitem a realização do estudo aplicado.

D13. Práticas em gestão de Políticas de C,T&I

A disciplina compreende a parte prática que deve constar na carga horária de cada disciplina. Espera-se que os alunos, por meio de orientações do docente, realizem atividades práticas, em grupo ou individuais, nas quais apliquem os conhecimentos teóricos aprendidos em sala. Dinâmicas em grupo, seminários, debates e pesquisas podem ser atividades a serem realizadas.

13. Corpo docente**DOCENTES ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

André Tortato Rauen	Doutor
Caetano Christophe Rosado Penna	Pós-doutor
Eduardo Baumgratz Viotti	Doutor
Fernanda Antônia Fonseca Sobral Maria Carlota de Souza Paula	Pós-doutora Doutora
Edilson da Silva Pedro Alexandre Coelho Teixeira	Doutor Doutor
Jane Alcanfor de Pinho	Mestre
Solange Maria Corder	Pós-doutor
Maria Regina Pinto de Gusmão	Doutora
Maria Carlota de Souza Paula	Doutora
Antônio Carlos Filgueira Galvão	Doutor
Cátia Gontijo Rezende	Mestre
Gilson Alceu Bittencourt	Doutor
Roberto Dantas de Pinho	Doutor
Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Doutora

14. Bibliografia das disciplinas

D1. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional

Bibliografia Básica

ENAP. *Programa. Curso de Especialização em Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.* Brasília: ENAP, 2017. Disponível em:

<<http://www.enap.gov.br/documents/586010/653296/Programa+Especializa%C3%A7%C3%A3o+em+Gest%C3%A3o+de+Pol%C3%ADticas+de+Ci%C3%A4ncia+Tecnologia+e+Inova%C3%A7%C3%A3o.pdf/1c215ca5-c82f-4cac-b07c-9fafbdef99d2>>.

OCDE. *Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica.* 3. ed. Brasília: FINEP, 2005. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>>.

DE NEGRI, F.; RAUEN, A. T.; SQUEFF, F. H. *Ciência, inovação e produtividade: por uma nova geração de políticas públicas.* In: **DE NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (Orgs.).** *Desafios da Nação: artigos de apoio.* Brasília: Ipea, 2017.

CAMPOS, F. *Ciência, tecnologia e sociedade.* IF-SC. Florianópolis, 2010. Unidade 1. Disponível em: <https://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/4/4c/Ciencia_tecnologia_e_sociedade.pdf>.

STOKES, Donald E. *O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica.* Capítulo 3. Campinas: Unicamp, 2005.

O GLOBO. *Câmara aprova projeto que dispensa símbolo de transgênicos em rótulos.* Economia. Defesa do Consumidor. 24 abr. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/camara-aprova-projeto-que-dispensa-simbolo-de-transgenicos-em-rotulos-16006372>>.

VALOR ECONÔMICO. *Cresce área plantada com transgênicos na safra atual.* Agronegócio. 12 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4801819/cresce-area-plantada-com-transgenicos-na-safra-atual>>.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Edição genômica avança no Brasil.* Expointer 2017. 25 ago. 2017. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/08/especiais/expointer_2017/581398-edicao-genomica-avanca-no-brasil.html>.

VALOR ECONÔMICO. *Transgênico não traz riscos extras à saúde humana, diz NAS.* Agronegócio. 18 maio 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4568491/transgenico-nao-traz-riscos-extras-saude-humana-diz-nas>>.

RAUEN, A. *Inovação e desenvolvimento econômico: a era da integração inteligente?* In: **PRETE, E. (Org.).** *Temas e desafios para regulação do Novo Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação.* Observatório Para a Qualidade da Lei. UFMG. Prelo.

CORAZZA, R.; FRACALANZA, P. *Caminhos do pensamento neo-schumpeteriano: para além das analogias biológicas.* Revista Nova Economia, n. 14, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/434>>.

RAUEN, André Tortato. *Taxa de inovação à luz da teoria neoschumpeteriana.* Radar, n. 37. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3556>>.

HELLER, C. *Path dependence, lock-in e inércia.* In: **PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.).** *Economia da inovação.* São Paulo: Hucitec, 2006.

LEITE, C. *O corporativismo perverso da universidade.* Opinião. Folha de São Paulo, 25 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/08/1806682-o-corporativismo-perverso-da-universidade.shtml>>.

PINHO, A. *"Situação financeira enfrentada pela Unicamp é dramática", afirma reitor.* Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/08/1913597-situacao-financeira-enfrentada-pela-unicamp-e-dramatica-afirma-reitor.shtml>>.

LEITE, C. *Condenada à mediocridade.* Opinião. Folha de São Paulo, 22 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/148740-condenada-a-mediocridade.shtml>>.

NASSAR, N. *Por novos rumos na ciência.* Opinião. Folha de São Paulo, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/06/1785049-por-novos-rumos-na-ciencia.shtml>>.

Bibliografia Complementar

ZUNIGA, P.; DE NEGRI, F.; DUTZ, M. A.; PILAT, D.; RAUEN, A. *Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges*. Discussion Paper n. 0218. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/ingles/dp_218.pdf>.

MARCOVITCH, Harvey et al. *Conflict of interest in science communication: more than a financial issue. Report from Esteve Foundation Discussion Group, April 2009*. Croatian Medical Journal, v. 51, n. 1, p. 7-14, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2829174/>>.

DEFRANCESCO, Laura. *How safe does transgenic food need to be?* Nature Biotechnology, v. 31, n. 9, p. 794-802, 2013.

MONSANTO. *Helping farmers grow more, better and more affordable food with less*. PPT presentation. Disponível em: <<http://www.monsantoglobal.com/global/uk/whoweare/Documents/monsanto-emea-corporate.pdf>>.

BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew. *The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. Chapter 1. New York: WW Norton & Company, 2014.

PURDY, M.; DAUGUERTY, P. *Why artificial intelligence is the future of growth*. Accenture, 2016. Disponível em: https://www.accenture.com/lv-en/_acnmedia/PDF-33/Accenture-Why-AI-is-the-Future-of-Growth.pdf

DOSI, G. *The nature of the innovative process*. In: **DOSI, G. et al. (Eds.).** *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988. p. 221-238.

CECERE, G.; CORROCHER, N.; GOSSART, C.; OZMAN, M. *Lock-in and path dependence: an evolutionary approach to eco-innovations*. Journal of Evolutionary Economics, v. 24, n. 5, p. 1037-1065, 2014.

ENDERLE, R. *Apple and the dangers of lock-in*. Techspective, 14 abr. 2017. Disponível em: <<http://techspective.net/2017/04/14/apple-dangers-lock/>>.

D2. O Estado como Agente no Desenvolvimento de C,T&I

Bibliografia Básica

COELHO, R. C. *Administração pública e o contexto institucional contemporâneo*. Brasília: ENAP, 2014.

DINIZ, E. *Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, p. 9, 2013.

DRECHSLER, W. *On the viability of the concept of Staatswissenschaften*. European Journal of Law and Economics, v. 12, n. 2, p. 105-111, 2001.

TANZI, V. *The changing role of the state in the economy: a historical perspective*. IMF Working Paper Series, n. 97/114, 1997.

LUNDVALL, B.-Å.; JOHNSON, B.; ANDERSEN, E. S.; DALUM, B. *National systems of production, innovation and competence building*. Research Policy, v. 31, n. 2, p. 213-231, 2002.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. *The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal*. Brasília: CGEE, 2016. Cap. 3.

KLINE, S. J.; ROSENBERG, N. *An overview of innovation*. In: **LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (Eds.).** *The positive sum strategy: harnessing technology for economic growth*. Washington, D.C.: National Academies Press, 1986. p. 275-306.

CHAMINADE, C.; EDQUIST, C. *Rationales for public policy intervention in the innovation process: a systems of innovation approach*. In: **SMITS, R. E.; KUHLMANN, S.; SHAPIRA, P. (Eds.).** *The theory and practice of innovation policy: an international research handbook*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. p. 95-114.

DOSI, G.; NELSON, R. R. *An introduction to evolutionary theories in economics*. Journal of Evolutionary Economics, v. 4, n. 3, p. 153-172, 1994.

MAZZUCATO, M. *Beyond market failures: shaping and creating markets for innovation-led growth.* In: **MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. (Eds.).** *Mission-oriented finance for innovation: new ideas for investment-led growth.* London: Rowman & Littlefield, 2015. p. 147-159.

MULDER, P.; DE GROOT, H. L.; HOFKES, M. W. *Economic growth and technological change: a comparison of insights from a neo-classical and an evolutionary perspective.* *Technological Forecasting and Social Change*, v. 68, n. 2, p. 151-171, 2001.

HALL, B.; VAN REENEN, J. *How effective are fiscal incentives for R&D? A review of the evidence.* *Research Policy*, v. 29, n. 4-5, p. 449-469, 2000.

LAZONICK, W.; MAZZUCATO, M. *The risk-reward nexus in the innovation-inequality relationship: who takes the risks? Who gets the rewards?* *Industrial and Corporate Change*, v. 22, n. 4, p. 1093-1128, 2013.

VERSPAGEN, B. *Economic growth and technological change.* OECD Science, Technology and Industry Working Papers, n. 01, 2001.

SCHMOCH, U. *Double-boom cycles and the comeback of science-push and market-pull.* *Research Policy*, v. 36, n. 7, p. 1000-1015, 2007.

EDLER, J.; GEORGHIOU, L. *Public procurement and innovation: resurrecting the demand side.* *Research Policy*, v. 36, n. 7, p. 949-963, 2007.

KATTEL, R.; LEMBER, V. *Public procurement as an industrial policy tool: an option for developing countries?* *Journal of Public Procurement*, v. 10, n. 3, 2010.

O'SULLIVAN, M. *Finance and innovation.* In: **FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. (Eds.).** *The Oxford handbook of innovation.* New York: Oxford University Press, 2004. p. 240-265.

PEREZ, C. *Technological change and opportunities for development as a moving target.* *CEPAL Review*, n. 12, p. 109-130, 2001.

PEREZ, C. *Technological revolutions and techno-economic paradigms.* *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. 185-202, 2010.

BLOCK, F.; KELLER, M. R. *Where do innovations come from? Transformations in the US economy, 1970-2006.* Tallinn: TUT Ragnar Nurkse School of Innovation and Governance, 2011.

BRUSTOLIN, V. *Inovação e desenvolvimento via defesa nacional nos EUA e no Brasil.* 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – UFRJ, Rio de Janeiro.

MAZZUCATO, M. *The entrepreneurial state: debunking the public vs. private myth in risk and innovation.* London; New York: Anthem Press, 2013. Cap. 5.

MOWERY, D. C.; NELSON, R. R.; MARTIN, B. R. *Technology policy and global warming: why new policy models are needed (or why putting new wine in old bottles won't work).* *Research Policy*, v. 39, n. 8, p. 1011-1023, 2010.

FORAY, D.; MOWERY, D.; NELSON, R. R. *Public R&D and social challenges: what lessons from mission R&D programs?* *Research Policy*, v. 41, n. 10, p. 1697-1902, 2012.

CASSIOLATO, J. E. *Evolution and dynamics of the Brazilian national system of innovation.* In: **SHOME, P.; SHARMA, P. (Eds.).** *Emerging economies.* New Delhi: Springer India, 2015. p. 265-310.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. *Dilemas e perspectivas da política de inovação.* In: **BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. C.; CARVALHO, L. (Eds.).** *Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 377-416.

GEELS, F. W.; SOVACOL, B. K.; SCHWANEN, T.; SORRELL, S. *Sociotechnical transitions for deep decarbonization.* *Science*, v. 357, n. 6357, p. 1242-1244, 2017.

MAZZUCATO, M.; PEREZ, C. *Innovation as growth policy.* In: **FAGERBERG, J.; LAESTADIUS, S.; MARTIN, B. R. (Eds.).** *The triple challenge for Europe: economic development, climate change, and governance.* Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 229-264.

OECD. *The next production revolution: implications for governments and business.* Paris: OECD Publishing, 2017. Executive summary.

RODRIK, D. *Green industrial policy.* Princeton University Working Paper, 2013.

Bibliografia Complementar

ABBEY, J. L. S. *The new role of the state.* In: **ABBEY, J. L. S. (Ed.).** *The political process and management of economic change.* London: Commonwealth Secretariat, 1998. p. 31-33.

CHANG, H.-J. *Economia: modo de usar.* Trad. Isa Mara Lando; Rogério Galindo. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

NOZICK, R. *Anarchy, state, and utopia.* New York: Basic Books, 1974.

TANZI, V. *The economic role of the state before and after the current crisis.* Paper presented at the 65th Congress of the International Institute of Public Finance, Città del Capo (Sud Africa), 2009.

WILLIAMSON, J. *What Washington means by policy reform*. In: *Latin American adjustment: how much has happened*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990. p. 90-120.

WILLIAMSON, J. *The Washington Consensus as policy prescription for development*. In: *Development challenges in the 1990s: leading policy makers speak from experience*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 2005. p. 33-53.

DOSI, G. *The nature of the innovative process*. In: **DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.)**. *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988. p. 221-238.

LUNDVALL, B.-Å. *The learning economy and the economics of hope*. London: Anthem Press, 2016.

BURLAMAQUI, L.; CASTRO, A. C. L.; CHANG, H.-J. *Institutions and the role of the state*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2000.

BREZNITZ, D.; ORNSTON, D. *The revolutionary power of peripheral agencies: explaining radical policy innovation in Finland and Israel*. *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 10, p. 1219-1245, 2013.

MAZZUCATO, M. *The entrepreneurial state: debunking the public vs. private myth in risk and innovation*. London; New York: Anthem Press, 2013.

MATHEWS, J. A. *Catch-up strategies and the latecomer effect in industrial development*. *New Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 313-335, 2006.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge (MA): Belknap Press, 1982.

REINERT, E. *The role of the state in economic growth*. *Journal of Economic Studies*, v. 26, n. 4/5, p. 268-326, 1999.

SOLOW, R. M. *Neoclassical growth theory*. In: **TAYLOR, J. B.; WOODFORD, M. (Eds.)**. *Handbook of macroeconomics*. Amsterdam: Elsevier, 1999. v. 1, p. 637-667.

DAVID, P. A.; HALL, B. H.; TOOLE, A. A. *Is public R&D a complement or substitute for private R&D? A review of the econometric evidence*. *Research Policy*, v. 29, n. 4, p. 497-529, 2000.

TASSEY, G. *Beyond the business cycle: the need for a technology-based growth strategy*. *Science and Public Policy*, v. 40, n. 3, p. 293-315, 2013.

TREASURY BOARD OF CANADA SECRETARIAT. *Theory-based approaches to evaluation: concepts and practices*. Ottawa: TBCS, 2012.

WARWICK, K.; NOLAN, A. *Evaluation of industrial policy: methodological issues and policy lessons*. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, n. 16. Paris: OECD Publishing, 2014.

EDLER, J.; BOON, W. (Orgs.). *The next generation of innovation policy: directionality and the role of demand-oriented instruments*. Call for papers, 2014.

PEREZ, C. *Technological revolutions and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2002.

BLOCK, F. L.; KELLER, M. R. (Eds.). *State of innovation: the U.S. government's role in technology development*. Boulder: Paradigm Publishers, 2011.

WEISS, L. *America Inc.? Innovation and enterprise in the national security state*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 2014.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. (Eds.). *Mission-oriented finance for innovation: new ideas for investment-led growth*. London: Policy Network; Rowman & Littlefield, 2015.

MOWERY, D. C. *What does economic theory tell us about mission-oriented R&D?* In: **FORAY, D. (Ed.)**. *The new economics of technology policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009. p. 131-147.

PENNA, C.; MAZZUCATO, M. *Mission-oriented policies in practice: the case of Brazil's Inova programme*. Paper presented at SPRU's 50th Anniversary Conference, 2016.

EUROPEAN COMMISSION. *Horizon 2020: the framework programme for research and innovation (2014-2020)*. Brussels: European Commission, 2011.

GEELS, F. W. *Technological transitions and system innovations: a co-evolutionary and socio-technical analysis*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2005.

OECD. *Innovation policies in the context of digitalisation: an introduction to the case studies*. Paris: OECD, 2017.

RODRIK, D. *Industrial policy for the twenty-first century*. John F. Kennedy School of Government Working Paper Series, n. rwp04-047, 2004.

WARWICK, K. *Beyond industrial policy: emerging issues and new trends*. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, n. 2. Paris: OECD Publishing, 2013.

D3. Sistema Brasileiro de C,T&I: Instituições e Órgãos

Bibliografia Básica

- MONTROYAMA, S. et al.** *500 anos de ciência e tecnologia no Brasil*. Suplemento especial. Fapesp Pesquisa, n. 52. São Paulo: Fapesp, 2000. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao/?e_id=314>.
- MOREL, Regina L. de Moraes.** *A política científica no Brasil*. In: *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979. p. 23-71.
- SCHWARTZMAN, S.** *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. 4. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2015. 416 p. (Edição original de 1979). Disponível em: <https://archive.org/details/formacao_scan>.
- VIOTTI, Eduardo B.** *Fundamentos e evolução dos indicadores de CT&I*. In: **VIOTTI, Eduardo B.; MACEDO, Mariano de M. (Orgs.)**. *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 41-87.
- STOKES, Donald E.** *O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas: Editora Unicamp, 2005. Cap. 1, p. 15-49.
- OECD.** *Frascati manual 2015: guidelines for collecting and reporting data on research and experimental development*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264239012-en>>.
- OECD.** *Frascati manual*. OECD Portal. Disponível em: <<http://oe.cd/frascati>>.
- OCDE; EUROSTAT.** *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Finep, 2005.
- KLINE, S. J.; ROSENBERG, N.** *An overview of innovation*. In: **LANDAU, R.; ROSENBERG, N. (Eds.)**. *The positive sum strategy: harnessing technology for economic growth*. Washington, D.C.: National Academy Press, 1986.
- OECD; EUROSTAT.** *Oslo manual: guidelines for collecting and interpreting innovation data*. 3rd ed. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>.
- CGEE.** *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2010.
- CGEE.** *Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2012.
- CGEE.** *Mestres e doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2016. 312 p.
- CGEE.** *Portal de recursos humanos em ciência, tecnologia e inovações – RHCTI*. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br>>.
- CAPES.** *GeoCapes*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/conteudo-estatico/6886-geocapes>> ou <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>.
- VIOTTI, Eduardo B.** *Technological learning systems, competitiveness and development*. Texto para Discussão n. 1057. Brasília: Ipea, 2004.
- VIOTTI, E. B.; SANTOS, C. R.; CAVALCANTE, L. R. M. T.; PINHO, R. D.; COSTA, L. R. M.** *Indicadores de resultado da inovação*. Brasília: CGEE, 2015. 211 p.
- GALVÃO, A. C.** *Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: avanços e retrocessos na década de 80*. Mimeo, 1993.
- CGEE.** *Quadro de atores selecionados do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: CGEE, 2010. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br>>.
- MDIC/STI; SEBRAE; IEL/CNI.** *Cronologia do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial brasileiro 1938-2003*. Brasília: MDIC/STI; SEBRAE; IEL/CNI, 2005. 691 p. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196954509.pdf>.
- MACEDO, Mariano de M.** *Linha do tempo da PCT brasileira*. Mimeo, 2009.
- FRANKEN, Tjerk Guus.** *Cronologia da ciência e tecnologia brasileira, 1500-1945*. Anexo de Schwartzman, *A formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, 1979. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cronologia.htm>>.
- MCTIC.** *Portal de indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação*. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/index.html>>.
- MCTIC.** *Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação – edição 2017*. Brasília: MCTIC, 2017. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores-2017.pdf>>.

UNESCO. *Relatório de ciência da UNESCO: rumo a 2030*. Montreal: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235407por.pdf>>.

UNESCO. *UIS.Stat*. Portal de dados do Instituto de Estatísticas da UNESCO. Disponível em: <<http://data.uis.unesco.org/Index.aspx>>.

VIOTTI, Eduardo B. *Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação*. In: **VELHO, L.; SOUSA-PAULA, T. (Orgs.).** *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras*. Brasília: CGEE, 2008. p. 137-174.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. *The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal*. Brasília: CGEE, 2016a.

_____. *The Brazilian innovation system: a mission-oriented policy proposal*. Brasília: CGEE, 2016b. Sumário executivo em português.

IEDI. *Sistema brasileiro de inovação: proposta de política orientada à missão*. Carta IEDI 730. São Paulo: IEDI, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_730.html>

Bibliografia Complementar

STOKES, Donald E. *O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica*. Campinas: Editora Unicamp, 2005. Cap. 3, Transformando o paradigma, p. 97-140.

OCDE. *Manual de Frascati 2002: medição de atividades científicas e tecnológicas*. Tradução não oficial para o português. Madrid: F. Iniciativas, 2013.

BUSH, Vannevar. *Science – the endless frontier: a report to the President on a program for postwar scientific research*. Washington, D.C.: Office of Scientific Research and Development, 1945. Reprinted 1990. Washington, D.C.: National Science Foundation.

VIOTTI, Eduardo B. *National learning systems: a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea*. Technological Forecasting and Social Change, v. 69, n. 7, p. 653-680, set. 2002.

EUROPEAN UNION. *European innovation scoreboard*. Brussels: European Union, 2013.

UNESCO. *UNESCO science report: towards 2030*. Montreal; Paris: UNESCO Publishing, 2015. Disponível em: <https://en.unesco.org/unesco_science_report>.

MAZZUCATO, Mariana. *Government – investor, risk-taker, innovator*. TED Talk. TEDGlobal 2013. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/mariana_mazzucato_government_investor_risk_taker_innovator>.

D4. Políticas Públicas de C,T&I no Brasil e no Mundo

Bibliografia Básica

BAUMGARTEN, Maíra. *Conhecimento e sustentabilidade: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Editora Sulina, 2008. Cap. IV.

FIGUEIREDO, Vilma. *O sistema de C&T no Brasil: institucionalização e desafios*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 15, n. 2, p. 7-25, 1998.

SOBRAL, F. A. F. *O ensino superior e a pesquisa científica e tecnológica*. In: **MARTINS, Carlos Benedito (Org.).** *O ensino superior: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOBRAL, F. A. F. *A pós-graduação brasileira*. In: **PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom (Org.).** *Sociologia e realidade: pesquisa social do século XXI*. Brasília: UNB/SBS, 2006. v. 1, p. 157-171.

RIBEIRO, Publio V. V. *Sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação: infraestrutura científica e tecnológica: estudo sobre as instituições de pesquisa do MCTI*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Cap. 3.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. *Processos decisórios em política científica, tecnológica e de inovação no Brasil: análise crítica*. In: *Nova geração da política de ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: CGEE, 2010.

VELHO, Lea. *Modos de produção de conhecimento e inovação: estado da arte e implicações para a política de ciência, tecnologia e inovação*. In: *Nova geração da política de ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: CGEE, 2010.

SOBRAL, F. A. F. *A dimensão econômica e social da política brasileira de ciência, tecnologia e inovação*. In: **BAUMGARTEN, Maíra (Org.).** *Sociedade, conhecimentos e colonialidades*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 115-130.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015*. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2020*. Brasília, 2016.

CRUZ, Paula R. *A política de austeridade de Temer e o futuro do sistema brasileiro de inovação*. Policy Brief, v. 6, n. 6, dez. 2016-jan. 2017. Rio de Janeiro: PUC, BRICS Policy Center.

PACHECO, C. A. *Estratégia para fundos setoriais*. Revista Brasileira de Inovação, v. 6, n. 1, p. 191-223, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Newton Muller. *Fundos setoriais: estratégias de implementação e gestão*. Brasília: Ipea, Série Textos para Discussão, n. 1136, nov. 2005.

SOUZA-PAULA, Maria Carlota de; VILLELA, Adriana. *Programas nacionais de ciência e tecnologia: dos indivíduos às redes*. Parcerias Estratégicas, v. 19, n. 39, 2014.

SOBRAL, F. A. F. *Dilemas e questões para o futuro das ciências sociais no desenvolvimento científico e tecnológico atual*. In: **RIBEIRO, G. L.; FERNANDES, A. M.; MARTINS, C. B.; FILHO, W. T. (Org.).** *As ciências sociais no mundo contemporâneo*. Brasília: UNB, 2011. p. 1-308.

CGEE. *Descentralização do fomento à ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

CGEE. *Os novos instrumentos de apoio à inovação*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; ANPEI, 2009.

CONFAP. *Resultados e impactos do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia*. São Luís, ago. 2016. Disponível em: <http://confap.org.br/news/wp-content/uploads/2016/06/panorama-INCT-CONFAP-Maranh%C3%A3o-1.pdf>

CNPq. *Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia*. Portal dos Institutos. Disponível em: <inct.cnpq.br>.

ANDRADE, J. A.; LOPES, W. A. *Conectando ciência, tecnologia e inovação*. Parcerias Estratégicas, v. 16, n. 32, p. 385-401, jan./jul. 2011.

AVELLAR, A. P. *Impacto das políticas de fomento à inovação no Brasil sobre o gasto em atividades inovativas e em atividades de P&D das empresas*. Estudos Econômicos, v. 39, n. 3, São Paulo, jul./set. 2009.

DE NEGRI, J. A.; KUBOTA (Orgs.). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil*. Brasília: Ipea, 2008. Caps. 6-8.

FURTADO, A. T. et al. *Avaliação de resultados e impactos da pesquisa e desenvolvimento: avanços e desafios metodológicos a partir de estudo de caso*. Gestão & Produção, v. 15, n. 2, p. 381-392, maio/ago. 2008.

GASSLER, H. et al. *Priorities in science and technology policy: an international comparison*. Graz: Janneum Research – Institut für Technologie- und Regionalpolitik, out. 2004.

UNESCO. *Science, technology and innovation policies*. Disponível em: <<https://www.unesco.org/en>>.

NATIONAL SCIENCE BOARD (USA). *Science and technology policy: past and prologue*. Washington, D.C.: NSF, nsb0087, 2008.

AMACAD. *Restoring the foundation: new models for U.S. science and technology policy*. Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 2014.

OECD. *Science, technology and innovation in the new economy*. Policy Briefing. Paris: OECD, set. 2000. Disponível em: <www.oecd.org/innovation/policyplatform>.

ABBOT, A. *The secret to Germany's scientific excellence*. Nature, v. 549, n. 7670, set. 2017.

IWAMATSU, Jun. *The Japanese science, technology and innovation policy*. German-Japanese Symposium, Berlim, 28 jun. 2016.

SOBRAL, Fernanda A. da F.; LACERDA SANTOS, Gilberto. *Avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: propondo abordagens a partir de casos concretos*. Brasília: Editora Viva, 2017. (No prelo). Cap. 2.

Bibliografia Complementar

VEUGELERS, Reinhilde. *The contribution of academic research to innovation and growth*. Working Paper n. 71. WWW for Europe. Socio-Economic Sciences and Humanities, dez. 2014.

AVELLAR, A.; ALVES, P. F. *Avaliação de impacto de programas de incentivos fiscais à inovação: um estudo sobre os efeitos do PDTI no Brasil*. Economia, Brasília, v. 9, n. 1, p. 143-164, jan./abr. 2008.

BORRÁS, S.; EDQUIST, C. *Education, training and skills in innovation policy*. Science and Public Policy, v. 42, p. 215-227, 2015. doi:10.1093/scipol/scu043.

BOZEMAN, Barry. *Technology transfer and public policy: a review of research and theory*. Research Policy, v. 29, p. 627-655, 2000.

CIÊNCIA E CULTURA. *Governo Obama: política científica norte-americana sofre uma guinada.* Ciência e Cultura, v. 61, n. 2, São Paulo, 2009.

FU, Xialon; WOO, Wing; HOU, Jun. *Technological innovation policy in China: the lessons, and the necessary changes ahead.* Economic Change and Restructuring, v. 49, n. 2-3, p. 139-157, ago. 2016.

JIN-HYO; YUN, Joseph. *The development of technological capability and the transformation of inward FDI in Korea from 1962 to 2000.* In: *Innovation and technology in Korea.* p. 33-54, 2000.

KLOCHIKHIN, E. *Linking development and innovation: what does technological change bring to the society?* The European Journal of Development Research, v. 24, n. 1, p. 41-55, fev. 2012.

BMBF. Division Innovation Policy Issues. *The new high-tech strategy: innovations for Germany.* Berlin: BMBF, ago. 2014.

JAPAN. *Japan's 5th science and technology basic plan (2016-2020).* Tokyo: Government of Japan, 2016. Disponível em: <<http://www.science.gov.au/scienceGov/NationalScienceStatement/index.html>>.

CANADA. *Canada's S&T strategy.* Ottawa: Government of Canada, 2016. Disponível em: <http://www.ic.gc.ca/eic/site/icgc.nsf/eng/h_07472.html>.

DODGON, M.; HUGHES, A.; FOSTER, J.; METCALFE, S. *Systems thinking, market failure, and the development of innovation policy: the case of Australia.* Research Policy, v. 40, n. 9, nov. 2011.

CHENG, Alfred; LIN, Janis. *Science and technology policy evaluation with effective index measurement system: comparing Taiwan and US.* 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266214719_SCIENCE_AND_TECHNOLOGY_POLICY_EVALUATION_WITH_EFFECTIVE_INDEX_MEASUREMENT_SYSTEM_COMPARING_TAIWAN_AND_US>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GRANT, Jonathan; BRUTSCHER, Philip-Bastian; KIRK, Susan Ella; BUTLER, Linda; WOODING, Steven. *Capturing research impacts: a review of international practice.* Cambridge: Rand Europe, 2010.

KLAUTZER, Lisa; HANNEY, Stephen; NASON, Edward; RUBIN, Jennifer; GRANT, Jonathan; WOODING, Steven. *Assessing policy and practice impacts of social science research: the application of the Payback Framework to assess the Future of Work programme.* Research Evaluation, set. 2011.

SHAPIRA, Philip; KUHLMANN, Stefan. *Proceedings from the 2000 US-EU workshop on learning from science and technology policy evaluation.* Atlanta: School of Public Policy, Georgia Institute of Technology; Karlsruhe: Fraunhofer Institute for Systems and Innovations Research, 2001.

D.5 Marco Legal de C,T&I, leis de incentivo e regulações setoriais no Brasil

Bibliografia Básica

WATKINS, A. et al. National innovation systems, developing countries, and the role of intermediaries: A critical review of the literature. 2013.

CHANG, H.-J. Políticas de Desenvolvimento Econômico: perspectiva histórica das políticas industrial, comercial e tecnológica. In: CHANG, H.-J. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica.* São Paulo: Editora Unesp, 2004. Cap. 2.

PACHECO, C. A. et al. Diagnóstico do Sistema de C,T&I, Estratégias Internacionais e Agenda de Políticas e Reformas Institucionais e Econômicas do Sistema Nacional de Inovação. Brasília: CGEE, 2006.

KOMATSU, S. Sistematização normativa e tipologia preliminar de organizações federais. Brasília: Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Editora IABS, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal. 1967.

CIMOLLI, M. et al. Instituições e políticas moldando o desenvolvimento industrial: uma nota introdutória. *Revista Brasileira de Inovação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 55-85, jan./jun. 2007.

MANSUETO, L. et al. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. (orgs.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Caderno MARE 09: Agências Executivas*. Brasília: Cadernos da Reforma do Estado, n. 9, 1997. 54 p.

BARRIOS, L. O contrato internacional de transferência de tecnologia e o Direito da Concorrência no Brasil: análise à luz da recente jurisprudência do CADE. *RDC*, v. 2, n. 2, p. 117-143, nov. 2014.

BARBOSA, D. Base de cálculo da CIDE – Tecnologia. Relatório de estudo encomendado pela ASCAP/SEXEC/MCT, 2003.

BARBOSA, D. Direito ao desenvolvimento, inovação e a apropriação das tecnologias após a Emenda Constitucional n. 85/2015. 2015.

LAPLANE, M. F. et al. Nota Técnica CGEE – Projeto Política Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação: A Lei de Inovação e o Sistema Nacional de C,T&I. Brasília: CGEE, 2007.

PEDRO, E. S. Proposta de ação técnica para o suporte à institucionalização da Política de Inovação das ICTs Públicas. Nota Técnica – SEXEC/MCTIC, 2017. Documento não oficial.

PACHECO, C. A. As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil (1999-2002). In: *Manual de Políticas Públicas*. Programa CEPAL-GTZ Modernización del Estado. Santiago: CEPAL, 2007.

SCHAPIRO, M. Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. In: GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. (orgs.). *Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2013. p. 34.

PACHECO, C. A. O financiamento do gasto em P&D no setor privado no Brasil e o perfil dos investimentos governamentais. *Revista USP*, São Paulo, n. 89, p. 256-276, mar./maio 2011.

MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação. *Marco Institucional da Inovação*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria; Instituto Euvaldo Lodi, 2016/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2531/2014. Incorporada pela Portaria de Consolidação nº 5/2017, Anexo XCV. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2531_12_11_2014.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prêmio de Inovação da Gestão Pública – ENAP 2016. 1º lugar: Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo para Produtos Estratégicos para o SUS. Publicação institucional, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lista de produtos estratégicos para o SUS – 2018. Portaria nº 704, de 10 de março de 2017. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0704_10_03_2017.html.

VASCONCELLOS, P. E. S. *Regulação e inovação em telecomunicações no Brasil*. 2015.

KISSINGER, H. *World Order*. New York: Penguin Press, 2014.

PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (orgs.). *As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e Cooperação, 2004. 301 p.

MARTINS, C.; LIMA, P. C. R. et al. *Minerais estratégicos e terras-raras*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série Estudos Estratégicos, n. 3). 241 p.

Bibliografia Complementar

PIETROBELLI, C.; RABELLOTTI, R. The global dimension of innovation systems: linking systems and global value chains. In: LUNDVALL, B.-Å. et al. (org.). *Handbook of Innovation Systems and Developing Countries*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.

OCDE. *Managing National Innovation Systems*. Paris: OECD Publication Service, 1999.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 28-29, 1993.

RODRIK, D. *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ESTACHE, A.; MARTIMORT, D. Politics, transaction costs, and the design of regulatory institutions. 1999.

BRASIL. SEAE. Supervisão ministerial das agências reguladoras na formulação de políticas públicas. In: *Regulação Econômica: governança regulatória e desenho das agências reguladoras*. Brasília: SEAE, 2009.

BRASIL. Casa Civil. *Relatório de Análise dos Contratos de Gestão Celebrados com as Agências Reguladoras: regularidade, efetividade e contribuição para a gestão regulatória e fiscalizatória*. Brasília: Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, 2012.

IBGE. *PINTEC 2008: Pesquisa de Inovação nas Empresas Estatais Federais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

EBER, F.; AMARAL, L. Os centros de pesquisa das empresas estatais: um estudo de três casos. s/d.

UNIÃO EUROPEIA. *Knowledge Transfer From Public Research Organisations – Final Report*.

IP/A/STOA/FWC/2008-096/LOT8/C1/SC9. STOA – Science and Technology Options Assessment, nov. 2012.

BARBOSA, D. *Contratos de propriedade industrial e transferência de tecnologia*. s/l, s/d.

INPI. *Indicadores de Propriedade Industrial 2017*. Assessoria de Assuntos Econômicos – AECON/INPI. Rio de Janeiro, 2017.

MCTIC. *FORMICT 2016 – Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil*. Brasília: MCTIC, 2017.

KIM, L. *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BORRAS, S.; EDQUIST, C. The choice of innovation policy instruments. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 80, p. 1513–1522, 2013.

REZENDE, K. S. *As PDP e o estímulo à inovação em instituições públicas e privadas brasileiras*. Dissertação (Mestrado). s.l., s.d.

WEISS, L. U.S. technology procurement in the national security innovation system. In: LEMBER, V.; KATTEL, R.; KALVET, T. (eds.). *Public Procurement, Innovation and Policy*. New York: Springer, 2014.

MAZZUCATO, M.; ROBINSON, D. Lost in space? NASA and the changing public-private ecosystem in space. 15 nov. 2016.

UFF – Universidade Federal Fluminense. Seminário sobre base industrial de defesa na EGN. Disponível em: <http://www.defesa.uff.br/?id=352:seminario-sobre-base-industrial-de-defesa-na-egn>.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Privatizações no Brasil: a desnacionalização e a financeirização (de Collor ao primeiro governo FHC). In: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*. UFVJM.

D.6 Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Bibliografia Básica

- OMPI.** *What is intellectual property?* Disponível em: <<https://www.wipo.int/en/web/about-ip/>>.
- BARBOSA, D.** *Uma introdução à propriedade intelectual.* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.
- MDIC.** *Nomenclatura brasileira de serviços intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio.* Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs-13>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- MDIC.** *Capítulos 11 e 27 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS (Versão 1.1).* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1390305290.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.
- MDIC.** *Capítulos 11 e 27 das Notas Explicativas da NBS – NEBS (Versão 1.1).* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1387454702.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.
- MDIC.** *Sistema integrado do comércio exterior de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio.* Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs-15>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- MDIC/RFB.** *11ª edição do manual do módulo de venda do Siscoserv.* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Siscoserv/11aEdicaoManualModuloVenda_versaofinal.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- MDIC/RFB.** *11ª edição do manual do módulo de aquisição do Siscoserv.* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Siscoserv/11aEdicaoManualModuloAquisicao_versao_final.pdf>.
- ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA DO INPI.** *Comércio exterior e os direitos de propriedade intelectual.* Apresentação com base nos dados do Siscoserv, 2013.
- MDIC.** *Grupo interministerial da propriedade intelectual – GIPI.* Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/inovacao/inovacao-global-e-propriedade-intelectual/propriedade-intelectual/gipi-grupo-interministerial-de-propriedade-intelectual>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- INPI.** *Pedido prioritário da patente verde.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>.
- INPI.** *Programa piloto patentes MPE.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- INPI.** *Projeto piloto prioridade BR.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- INPI.** *Projeto piloto patente ICT.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- INPI.** *Subsídios da consulta pública INPI 02/2017.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>.
- DECRETO n. 75.541, de 1975.** *Promulga a Convenção que institui a OMPI.* Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/br/br055pt.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- OMPI.** *Uma introdução ao Patent Cooperation Treaty.* Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- OMC.** *Acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio.* Emenda de 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/31bis_trips_01_e.htm>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- MATSUSHITA, M. et al.** *The World Trade Organization law, practice and policy.* 2. ed. Oxford: The Oxford International Law Library, 2006.
- OMC.** *TRIPS agreement: changing the face of IP trade and policy making.* Geneva: WTO, 2015.
- OMC.** *The economics of TRIPS.* Geneva: WTO, 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_econprimer1_e.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- OMC.** *Understanding the WTO agreements: intellectual property, protection and enforcement.* Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm7_e.htm>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- INPI.** *Guia de depósito de patentes.* Brasília: INPI, 2008.
- ANDRADE, G.** *Importação paralela e exaustão de direitos.* Valor Econômico, 19 jul. 2012.
- OMC.** *Declaration on the TRIPS agreement and public health.* Geneva: WTO, 2001. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- MENDES, D. et al.** *Patentes “mailbox”: uma análise contra-intuitiva do sistema brasileiro de propriedade industrial.* Comunicação Eletrônica de Comum Inf Inov Saúde, 2015.

INPI. *Decisão judicial sobre a extensão do prazo das patentes mailbox*. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

PGR. *Para PGR prorrogação do tempo de vigência da patente é inconstitucional*. Disponível em: <<https://pgr.jusbrasil.com.br/noticias/148891267/para-pgr-prorrogacao-de-vigencia-de-patente-e-inconstitucional>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

ABIFINA. *Propriedade intelectual no Brasil: uma política em apuros*. Disponível em: <http://www.abifina.org.br/revista_facto_materia.php?id=566>. Acesso em: 6 mar. 2018.

INPI. *Manual de marcas*. Disponível em: <<http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

INPI. *Guia básico de desenho industrial*. Brasília: INPI, 2010.

INPI. *Manual do usuário: desenho industrial*. Brasília: INPI, 2010.

INPI. *Indicações geográficas concedidas*. Brasília: INPI, 2010.

DECRETO n. 4.062, de 2001. *Define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como indicações geográficas e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d4062.htm>. Acesso em: 26 mar. 2018.

AFONSO, Otávio. *Direito autoral: conceitos essenciais*. Barueri: Manole, 2009.

BRANCO, Sérgio; PARANAGUÁ, Pedro. *Direitos autorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COSTA NETTO, José Carlos. *Direito autoral no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2008.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito da internet e da sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OMPI; GRULAC. *Proposal for analysis of copyright related to the digital environment*. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/mdocs/copyright/en/sccr_31/sccr_31_4.pdf>.

ANGELOPOULOS, Christina. *On online platforms and the Commission's new proposal for a directive on copyright in the digital single market*. Disponível em: <https://juliareda.eu/wp-content/uploads/2017/03/angelopoulos_platforms_copyright_study.pdf>.

BERKLEE ICE. *Fair music: transparency and money flows in the music industry*. Boston: Berklee Institute for Creative Entrepreneurship, 2015.

INPI. *Manual para o registro eletrônico de programas de computador*. Brasília: INPI, 2010.

IEL; CNI; INPI. *A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual – guia para o empresário*. Brasília: IEL/CNI/INPI, 2012.

MOETTELLI, J. *The patentability of software in the US and Europe*. 2006.

OMPI. *The benefits of plant variety protection*. WIPO Magazine, 2010. Disponível em: <http://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2010/03/article_0007.html>. Acesso em: 24 mar. 2018.

UPOV. *Getting the most of your new plant variety*. Geneva: UPOV, 2010.

OMPI. *Tratado sobre la propiedad intelectual respecto de los circuitos integrados*. Disponível em: <http://www.wipo.int/treaties/es/text.jsp?file_id=295138>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MIRANDA, L. *A titularidade do patrimônio genético: bem da União x bem de interesse público*. Revista Jurídica Consulex, dez. 2013.

MIRANDA, L. *O “patrimônio genético” na atual legislação que regula seu acesso para fins científicos*. Revista Jurídica Consulex, ago. 2016.

SANTILLI, J. et al. *Agrobiodiversidade*. Coleção Transição Agroecológica, v. 2. Brasília: Embrapa, 2015.

SANTILLI, J.; EMPERAIRE, L. *Biodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais*. In: *Povos indígenas no Brasil (2001-2005)*. São Paulo: ISA, 2006.

VIVAS, D.; EUGUI, A. *Bridging the gap on intellectual property and genetic resources*. ICTSD Programme on Innovation, Technology and Intellectual Property, 2012. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/sites/default/files/research/2012/02/bridging-the-gap-on-intellectual-property-and-genetic-resources-in-wipos-intergovernmental-committee-igc.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BARBOSA, D. *Circuitos integrados*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.

FONSECA, A. *Programa de compliance ou programa de integridade: o que isso importa para o direito brasileiro?* São Paulo: 2015.

OMC. *Dispute settlement cases in the area of TRIPS*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/ta_docs_e/6_tabledscases_e.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.

OMC. *Órgão de solução de controvérsias. DS 79: India — patent protection for pharmaceutical and agricultural chemical products*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds79_e.htm>. Acesso em: 5 mar. 2018.

OMC. *Órgão de solução de controvérsias. DS 199 – Brazil measures affecting patent protection*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds199_e.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

OMC. *Órgão de solução de controvérsias. DS 224 – US patent code.* Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds224_e.htm>. Acesso em: 24 mar. 2018.

OMC. *Declaration on the TRIPS agreement and public health.* Geneva: WTO, 2001. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm>. Acesso em: 7 mar. 2018.

CHAMP, P.; ATTARAN, A. *Patent rights and local working under the WTO TRIPS agreement: an analysis of the U.S.-Brazil patent dispute.* Yale Journal of International Law, 2002.

OMC. *Acordo sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio.* Emenda de 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/31bis_trips_01_e.htm>. Acesso em: 1 mar. 2018.

SHAFFER, G. et al. *Brazil's response to the judicialized WTO regime: strengthening the state through diffusing expertise.* ICTSD South America Dialogue on WTO Dispute Settlement and Sustainable Development, São Paulo, 22-23 jun. 2006. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/downloads/2008/05/brazils-response-to-the-judicialized-wto-regime-strengthening-the-state-through-diffusing-expertise.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

OMC. *Latin America and the WTO dispute settlement system.* Geneva: WTO, 2013. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/sites/default/files/event/2013/12/latin-america-and-the-wto-dispute-settlement-system-ready-for-print.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

OMC. *A handbook on the WTO dispute settlement system.* 2. ed

Bibliografia Complementar

INPI. *Patentes: história e futuro.* Brasília: INPI, 2002.

BARBOSA, D. *Direito ao desenvolvimento, inovação e a apropriação das tecnologias após a Emenda Constitucional 85 (2015).* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

JUNGSMANN, Diana de Mello. *A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual: guia para o empresário.* Brasília: IEL/CNI/INPI, 2012.

KRIKORIAN, G.; KAPCZYNSKI, A. *Access to knowledge in the age of intellectual property.* Cambridge: MIT Press, 2010.

MERGES, P. et al. *Intellectual property in the new technological age.* 6. ed. New York: Wolters Kluwer Law and Business, 2012.

MDIC. *Guia básico para exportação de serviços.* Brasília: MDIC, 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITORIO/scs/decin/Guia_B%C3%A1sico/Guia_B%C3%A1sico_-_versao_2017.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018.

WEBER, R. H.; BURRI, M. *Classification of services in the digital economy.* Zurich: 2010.

INPI; APEX. *A propriedade intelectual e o comércio exterior.* Brasília: INPI/APEX, 2013.

MDIC; CNI. *Inovação e propriedade intelectual.* Brasília: MDIC/CNI, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/7/inovacao-e-propriedade-intelectual-guia-para-o-docente/>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

MDIC; CNI. *Inovação e propriedade intelectual.* Brasília: MDIC/CNI, 2013.

OMPI. *Intellectual property handbook.* Geneva: WIPO, 2004.

ROSENBERG, B. *Propriedade intelectual.* In: **THORSTENSEN, V.; JANK, M. (Orgs.).** *O Brasil e os grandes temas do comércio internacional.* São Paulo: Aduaneiras, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. *A revisão da Lei de Patentes: inovação em prol da competitividade nacional.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

OTTEN, A. *Implementation of the TRIPS agreement and prospects for its further development.* Journal of International Economics, p. 523-530, 1998.

SCHECHTER, R. *Selected intellectual property and unfair competition.* St. Paul: West Group, 1999.

OMPI. *Trade secrets are gold nuggets: protect them.* WIPO Magazine, 2002.

INPI. *Emenda de TRIPS permite licença compulsória para exportar medicamentos.* INPI Notícias, 2012.

OMC. *Declaration on the TRIPS agreement and public health.* Geneva: WTO, 2001. Disponível em: <https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_trips_e.htm>. Acesso em: 7 mar. 2018.

KERRY, V.; LEE, K. *TRIPS, the Doha declaration and paragraph 6 decision: what are the remaining steps for protecting access to medicines?* Global Health, 2007. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1892549/>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

SICHEL, R. *Licença compulsória de patentes.* São Paulo: 2010.

NOGUEIRA, T. *Licenciamento compulsório e tratamento do HIV/AIDS no Brasil.* Brasília: 2013.

CARVALHO & SILVA DE ALMEIDA Advogados. *O caso Apple x Gradiente.* São Paulo: 2015.

CARVALHO, P. *A proteção às marcas de alto renome: o caso "Coca-Cola" x "Coca-Colla"*. Migalhas, 2010. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI105713,81042-A+protecao+as+marcas+de+alto+renome+o+caso+CocaCola+versus+CocaColla>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ABES. *Mercado brasileiro de software: panorama e tendências*. São Paulo: ABES, 2017.

LAWS. *Apple Computer Inc. x Franklin Computer Corp.* Disponível em: <<https://copyright.laws.com/famous-cases/apple-computer-inc-v-franklin-computer-corp>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

WIKIPEDIA. *Apple Computer Inc. x Franklin Computer Corp.* Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Apple_Computer,_Inc._v._Franklin_Computer_Corp>. Acesso em: 24 mar. 2018.

WIKIPEDIA. *Sega Enterprises Ltd. v. Accolade, Inc.* Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Sega_v._Accolade>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MORAES, R. *A função social da propriedade intelectual na era das novas tecnologias*. In: **MINISTÉRIO DA CULTURA.** *Coleção cadernos de políticas culturais*. Brasília: MinC, 2006. p. 237-353.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direito dos agricultores*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2009.

MOONEY, P. *O escândalo das sementes*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

UK GOVERNMENT. *Guidance: university and business collaboration agreements: Lambert Toolkit*. London: UK Government, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.uk/guidance/university-and-business-collaboration-agreements-lambert-toolkit#model-research-collaboration-agreements>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MCCAAN, C. *Intellectual property audit: what are they? Why are they important? What do they cost?* Disponível em: <<http://www.corporatecomplianceinsights.com/ip-audits-what-are-they-why-are-they-important-what-do-they-cost/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SCOTT, M. *Apple settles dispute with Nokia*. The New York Times, 23 maio 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/05/23/business/apple-nokia-patents.html>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

D7. Orçamento Público (curso ofertado na modalidade EaD pela EVG)

Bibliografia

NOBLAT, Pedro Luiz Delgado (conteudista e organizador, 2002); **BARCELOS, Carlos Leonardo Klein** (conteudista, 2002); **SOUZA, Bruno Cesar Grossi de** (conteudista, 2002; revisor, 2004–2012). Orçamento público: visão geral. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/882>>

D8. Fomento e Financiamento para CT&I

Bibliografia Básica

CORDER, S.; SALLES-FILHO, S. *Aspectos conceituais do financiamento à ciência, tecnologia e inovação*. Revista Brasileira de Inovação, Brasília, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648923>>.

PACHECO, C. A. *As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil (1999-2002)*. Campinas, nov. 2003. Documento para a CEPAL. Disponível em: <<https://www.cepal.org/iyd/noticias/paginas/5/31425/carlosamericop.pdf>>.

BRITO DIAS, R. *Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. Cap. 3 e 4.

HOLLANDA, F. S. M. *Financiamento e incentivos à inovação industrial no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2010. Cap. 4.

BUAINAIN, A. M.; CORDER, S. *FNDCT: limites e potencialidades*. Estudos Universitários, Revista de Cultura, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 31, n. 12, p. 1-292, dez. 2012.

BUAINAIN, A. M.; CORDER, S.; PACHECO, C. A. *Brasil: experiencias de transformación de la institucionalidad pública de apoyo a la innovación y el desarrollo tecnológico.* In: **RIVAS, G.; ROVIRA, S. (Eds.).** *Nuevas instituciones para la innovación: prácticas y experiencias en América Latina.* Santiago de Chile: CEPAL, 2014. p. 85-130. (Série Documento de Proyecto). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36797/S1420026_es.pdf

TEIXEIRA, A. L. S.; RAPINI, M. S.; SZAPIRO, M. *Discurso e prática da política industrial no período 2005-2014: uma avaliação da distribuição setorial dos recursos reembolsáveis do BNDES e da FINEP.* In: II Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação, Rio de Janeiro, 2017.

BUAINAIN, A. M.; CORDER, S.; BONACELLI. *Crise do financiamento público à inovação no Brasil.* In: XVII Congresso Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica (ALTEC), Cidade do México, 14-18 out. 2017. Disponível em: <http://www.uam.mx/altec2017/pdfs/ALTEC_2017_paper_340.pdf>.

Bibliografia Complementar

HOLLANDA, F. S. M. *Financiamento e incentivos à inovação industrial no Brasil.* Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2010. Cap. 1 e 2.

WEISZ, J. *Mecanismos de apoio à inovação tecnológica.* Brasília: SENAI/DN, 2006.

NEVES, M. A. S. *Novo modelo de gestão dos fundos setoriais.* In: V Encontro Nacional sobre Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento, Florianópolis/SC, s.d.

MELO, L. M. *Financiamento à inovação no Brasil: análise da aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de 1967 a 2006.* Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009.

D.9 Informações e Indicadores em CT&I

Bibliografia Básica

MCT; ABC. *Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde.* Coord. Cylon Gonçalves da Silva; Lúcia Carvalho Pinto de Melo. Brasília: MCT/ABC, 2001. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/859/1/ciencia%2C%20tecnologia%20e%20inovacao_%20desafios%20para%20a%20sociedade%20brasileira.%20livro%20verde.pdf

MCT; ABC. *Livro branco: ciência, tecnologia e inovação. Resultado da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.* Brasília: MCT/ABC, 2002. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro_branco_cti.pdf>.

RIBEIRO, P. V. V. *Sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação: infraestrutura científica e tecnológica – estudo sobre as instituições de pesquisa do MCTI.* Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21653>>.

CAVALCANTE, L. R. *Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: uma análise com base nos indicadores agregados.* Texto para Discussão n. 1458. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5001.

MCTIC. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022.* Brasília: MCTIC, 2016. Disponível em: <<https://portal.inpa.gov.br/images/documentos-oficiais/ENCTI-MCTIC-2016-2022.pdf>>.

MCTIC. *Portal de indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação.* Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/index.html>>.

MCTIC. *Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação – edição 2017.* Brasília: MCTIC, 2017. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br>>.

HALL, B. H.; JAFFE, A. B. *Measuring science, technology, and innovation: a review.* Annals of Science and Technology Policy, v. 2, n. 1, p. 1-74, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1561/110.000000005>>.

NSF – National Science Board. *Science and engineering indicators 2018.* NSB-2018-1. Alexandria, VA: National Science Foundation, 2018. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/statistics/indicators/>>.

OECD. *Main science and technology indicators.* v. 2017, n. 2. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/msti-v2017-2-en>>.

OECD. *Science, technology and industry scoreboard.* Paris: OECD, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/scoreboard.htm>>.

UNESCO. *Relatório de ciência da UNESCO – rumo a 2030: visão geral e cenário brasileiro.* Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002354/235407por.pdf>>.

OECD. *Frascati manual 2015: guidelines for collecting and reporting data on research and experimental development*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264239012-en>>.

OECD; EUROSTAT. *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Finep, 2005. Disponível em: <www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>.

RICYT. *Normalización de indicadores de innovación tecnológica en América Latina y el Caribe – Manual de Bogotá*. Hernán Jaramillo; Gustavo Lugones; Mónica Salazar (autores). RICYT/OEA/CYTED, 2001. Disponível em: http://www.ricyt.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5&Itemid=2.

IBGE. *PINTEC – Pesquisas de inovação*. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/>>.

CGEE. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2010. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/web/rhcti/doutores-2010>>.

CGEE. *Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2012. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-2012>>.

CGEE. *Mestres e doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2015. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutores-2015>>.

VIOTTI, E. B.; SANTOS, C. R.; CAVALCANTE, L. R. M. T.; PINHO, R. D.; COSTA, L. R. M. *Indicadores de resultado da inovação*. Brasília: CGEE, 2015. 211 p. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/indicadores-de-resultado-da-inovacao>>.

WEF. *The global competitiveness report 2017-2018*. Geneva: World Economic Forum, 2017a. 393 p. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2017-2018>>.

WEF. *The global competitiveness index 2017-2018 edition: Brazil country profile*. Geneva: World Economic Forum, 2017b. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/03CountryProfiles/Standalone2-pagerprofiles/WEF_GCI_2017_2018_Profile_Brazil.pdf

CNI. *Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2018. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/competitividade-brasil-comparacao-com-paises-selecionados>.

CNI. *Competitividade Brasil – metodologia*. Versão 1.0. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2017.

UNIVERSIDADE CORNELL; INSEAD; WIPO. *Índice global de inovação de 2017 – a inovação nutrindo o mundo*. Ithaca; Fontainebleau; Genebra: Cornell University, INSEAD, WIPO, 2017. Disponível em: <<https://www.globalinnovationindex.org/>>.

ARAUJO, C. A. *Bibliometria: evolução histórica e questões atuais*. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

COSTA, T. et al. *A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>>.

MUGNAINI, R. et al. *Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 123-131, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a13v33n2.pdf>>.

FAPESP. *Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos*. In: *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2004*. São Paulo: Fapesp, 2004. Disponível em: <http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_vol1.pdf>.

FAPESP. *Análise da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados*. In: *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2010*. São Paulo: Fapesp, 2010. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/2010/volume1/cap4.pdf>>.

EUROSTAT. *Main tables*. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat>>.

EUROSTAT. *Statistics explained – tutorial: help for readers*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Tutorial:Help_for_readers>.

NSF – National Science Board. *Science and engineering indicators 2018*. NSB-2018-1. Alexandria, VA: National Science Foundation, 2018.

FAPESP. *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – 2004*. São Paulo: Fapesp, 2004. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/2060>>.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *A formação de novos quadros para CT&I: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC).* Brasília: CGEE, 2017. 44 p. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/projetos/-/asset_publisher/LqcvUkzr5FI/content/a-formacao-de-novos-quadros-para-ct-i-avaliacao-do-programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-pibic>.

CGEE. *Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.* Brasília: CGEE, 2012. 428 p.

CGEE. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.* Brasília: CGEE, 2010. 508 p.

CGEE. *Mestres e doutores 2015: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.* Brasília: CGEE, 2016. 348 p. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutores-2015>>.

CNPq. *Plataforma Lattes.* Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.

CAPES. *Plataforma Sucupira.* Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>.

CAPES. *GeoCapes.* Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais – RAIS.* Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais/>>; <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>.

MCTIC. *Programas e ações constantes do PPA 2016-2019.* Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/transparencia/Acoes_e_Programas.html>.

PNUD. *Plataforma Agenda 2030: acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil.* Brasília: PNUD, 2017.

MCTIC. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022.* Brasília: MCTIC, 2016

Bibliografia Complementar

NSF – National Science Foundation. *Science and engineering publication output trends: 2014 shows rise of developing country output while developed countries dominate highly cited publications.* InfoBriefs, NSF 18-300, 31 out. 2017. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/statistics/2018/nsf18300/>>.

NSF – National Science Foundation. *U.S. R&D increased by \$20 billion in 2015, to \$495 billion; estimates for 2016 indicate a rise to \$510 billion.* InfoBriefs, NSF 18-306, 14 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/statistics/2018/nsf18306/>>.

EUROSTAT. *Statistics explained – main page.* Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Main_Page>.

EUROSTAT. *Statistics explained – category: science and technology glossary.* Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Category:Science_and_technology_glossary>.

EUROSTAT. *Statistics explained – tutorial: help for readers.* Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Tutorial:Help_for_readers>.

FAPESP. *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo – boletins.* São Paulo: Fapesp, 2014. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/>>.

FAPESP. *Dispêndios em P&D em São Paulo atingiram R\$ 21,8 bilhões em 2011 e parcela do PIB chegou a 1,61%. No Brasil, somaram R\$ 47,2 bilhões, ou 1,14% do PIB.* Boletim n. 4, maio 2014. São Paulo: Fapesp. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/boletim4.pdf>>.

FAPESP. *Pesquisadores no Brasil publicam 56% dos artigos científicos originados na América Latina.* Boletim n. 3, nov. 2011. São Paulo: Fapesp. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/indicadores/boletim3.pdf>>.

D.10 Avaliação em CT&I

Bibliografia Básica

KUHLMANN, S. *Lógicas e evolução de políticas públicas de pesquisa e inovação no contexto da avaliação.* In: *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

SOUZA-PAULA, M. C. *Gestão estratégica em CT&I: o papel do acompanhamento e da avaliação.* Textobase de palestra realizada no CNPq em ago. 2001. Revisado em 2014.

FAPESP. *Avaliação de programas da FAPESP.* São Paulo: Fapesp, 2010. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/avaliacao/>>.

LEAL, E. *Avaliação do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI 2007/2010).* Enegep, 2012.

SORENSEN, M. P.; SCHNEIDER, J. W. *Studies of national research performance: a case of 'methodological nationalism' and 'zombie science'?* Science and Public Policy, v. 44, n. 1, p. 132-145, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/scipol/scw043>>.

AKSNES, D. W.; SIVERTSEN, G.; VAN LEEUWEN, T. N.; WENDT, K. K. *Measuring the productivity of national R&D systems: challenges in cross-national comparisons of R&D input and publication output indicators.* Science and Public Policy, v. 44, n. 2, p. 246-258, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/scipol/scw058>>.

SPINAK, Ernesto. *Como será a avaliação por pares em 2030?* SciELO em Perspectiva, 26 jul. 2017.

TENNANT, J.; GRAZIOTIN, D.; KEARNS, S. *Nós temos a tecnologia para salvar a avaliação por pares – agora compete às nossas comunidades implementá-las.* SciELO em Perspectiva, 27 set. 2017.

DAVYT, A.; VELHO, L. *A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 7, n. 1, p. 93-116, mar./jun. 2000.

FURTADO, A.; BIN, et al. *Avaliação de resultados e impactos da pesquisa e desenvolvimento – avanços e desafios metodológicos a partir de estudo de caso.* Gestão & Produção, v. 15, n. 2, 2008.

NOVAES, H.; ELIAS, F. *Uso da avaliação de tecnologias em saúde em processos de análise para incorporação de tecnologias no Sistema Único de Saúde no Ministério da Saúde.* Cadernos de Saúde Pública, v. 29, supl., p. S7-S16, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00008413>>.

AVELLAR, A. P. *Impacto das políticas de fomento à inovação no Brasil sobre o gasto em atividades inovativas e em atividades de P&D das empresas.* Estudos Econômicos, v. 39, n. 3, São Paulo, jul./set. 2009.

LINK, N. A.; SCOTT, J. T. *Toward an assessment of the US Small Business Innovation Research Program at the National Institutes of Health.* Science and Public Policy, v. 45, n. 1, p. 83-91, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/scipol/scx049>>.

VIOTTI, Eduardo. *Um novo indicador de meta-síntese para a política de inovação.* Parcerias Estratégicas, ed. esp., v. 18, n. 36, p. 151-174, jan./jun. 2013.

RUSHTORTH, A. D.; RIJCKE, S. *Quality monitoring in transition: the challenge of evaluating translational research programs in academic biomedicine.* Science and Public Policy, v. 44, n. 4, p. 513-523, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/scipol/scw078>>.

KAHN, Michael. *Co-authorship as a proxy for collaboration: a cautionary tale.* Science and Public Policy, v. 45, n. 1, p. 117-123, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/scipol/scx052>>.

SOBRAL, F. A. F.; SANTOS, G. L. *Avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: abordagens a partir de casos concretos.* Brasília: Viva Editora, 2018.

Bibliografia Complementar

BOYLE, R.; LEMAIRE, D. *Building effective evaluation capacity – lessons from practice.* In: *Building evaluation capacity.* USA/UK: Transaction Publishers, 1999. p. 1-19.

GHAZINOORY, S.; MAHDIEH, F.; MONTAZER, G. A.; SOLTANI, B. *Designing a national science and technology evaluation system based on a new typology of international practices.* Technological Forecasting & Social Change, v. 122, p. 119-127, 2017.

KUHLMANN, S.; MEYER-KRAHMER, F. *Practice of technology policy evaluation in Germany: introduction and overview.* In: **BECHER, G.; KUHLMANN, S. (Eds.).** *Evaluation of technology policy programmes in Germany.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995. p. 3-19.

NISHIMURA, J.; OKAMURO, H. *Internal and external discipline: the effect of project leadership and government monitoring on the performance of publicly funded consortia.* Research Policy, v. 47, p. 840-853, 2018.

RIP, A. *Societal challenges for R&D.* In: **SHAPIRA, P.; KUHLMANN, S. (Eds.).** *Learning from science and technology policy evaluation.* Cheltenham: Edward Elgar, 2003. p. 32-53.

VEDUNG, E. *Evaluation: a semantic magnet.* In: **VEDUNG, E.** *Public policy and program evaluation.* USA/UK: Transaction Publishers, 2005. p. 1-13.

GEORGHIOU, L.; ROESSNER, D. *Evaluating technology programs: tools and methods.* Research Policy, v. 29, n. 4-5, p. 657-678, 2000.

Bibliografia Complementar

PRIMERI, E. et al. *Measuring the opening of national R&D programs: what indicators for what purposes?* Research Evaluation, v. 23, p. 312-326, 2014.

ROBINSON-GARCIA, N.; CABEZAS-CLAVIJO, A.; JIMENEZ-CONTRERAS, E. *Tracking the performance of an R&D programme in the biomedical sciences.* Research Evaluation, v. 25, n. 3, p. 339-346, 2016.

SÁEZ, F. J. et al. *Evaluating research efficiency within national R&D programmes.* Research Policy, v. 40, p. 230-241, 2011.

SCHRODER, S. et al. *Research performance and evaluation – empirical results from collaborative research centers and clusters of excellence in Germany.* Research Evaluation, v. 23, p. 221-232, 2014.

KIRI, B.; LACETERA, N.; ZIRULIA, L. *Above a swamp: a theory of high-quality scientific production.* Research Policy, v. 47, p. 827-839, 2018.

BOZEMAN, B.; YOUTIE, J. *Socio-economic impacts and public value of government-funded research: lessons from four US National Science Foundation initiatives.* Research Policy, v. 46, p. 1387-1398, 2017.

JONG, S. et al. *Understanding societal impact through productive interactions: ICT research as case.* Research Evaluation, v. 23, p. 89-102, 2014.

MEAGHER, L.; MARTIN, U. *Slightly dirty maths: the richly textured mechanisms of impact.* Research Evaluation, v. 26, n. 1, p. 15-27, 2017.

MOHNEN, P. *The role of research and development in fostering economic performance: a survey of the macro-level literature and policy implications for Finland.* OECD, Final Report, fev. 2018.

MORTON, S. *Progressing research impact assessment: a 'contributions approach'.* Research Evaluation, v. 24, p. 405-419, 2015.

NELSON, R. R.; FORAY, D.; MOWERY, D. C. *Public R&D and social challenges: what lessons from missions R&D programs?* Research Policy, v. 41, n. 10, p. 1687-1702, 2012.

PENFIELD, T. et al. *Assessment, evaluations, and definitions of research impact: a review.* Research Evaluation, v. 23, p. 21-32, 2014.

SAMUEL, G.; DERRICK, G. *Societal impact evaluation: exploring evaluator perceptions of the characterization of impact under REF2014.* Research Evaluation, v. 24, p. 229-241, 2015.

GEORGHIOU, L. *Value of research.* Policy Paper by Research, Innovation and Science Policy Experts (RISE). European Union, 2015.

GERVAIS, M.-J. et al. *Dealing with the complexity of evaluating knowledge transfer strategies: guiding principles for developing valid instruments.* Research Evaluation, v. 25, n. 1, p. 62-89, 2016.

LEE, You-Na. *Evaluating and extending innovation indicators for innovation policy.* Research Evaluation, v. 24, p. 471-488, 2015.

SAMARA, E. et al. *The impacts of innovation policies on the performance of national innovation systems: a system dynamics analysis.* Technovation, v. 32, p. 624-638, 2012.

AYDINOGLU, A. U. et al. *Measuring diversity in disciplinary collaboration in research teams: an ecological perspective.* Research Evaluation, v. 25, n. 1, p. 18-36, 2016.

BELCHER, B. M. et al. *Defining and assessing research quality in a transdisciplinary context.* Research Evaluation, v. 25, p. 1-17, 2016.

CALLON, M.; LAREDO, P.; RABEHARISOA, V.; GONARD, T.; LERAY, T. *The management and evaluation of technological programs and the dynamics of techno-economic networks: the case of the AFME.* Research Policy, v. 21, n. 3, p. 215-236, 1992.

MOHNEN, P.; VANKAN, A.; VERSPAGEN, B. *Evaluating the innovation box tax policy instrument in the Netherlands, 2007-2013.* Maastricht: UNU-MERIT, 2016.

MOLAS-GALLART, J. et al. *Towards an alternative framework for the evaluation of translational research initiatives.* Research Evaluation, v. 25, n. 3, p. 235-243, 2016.

DEGESEGGER-MARQUÉZ, A.; WAGNER, I.; KROOP, S. *Portfolio evaluation.* FWF International Programmes. Manchester Institute of Innovation Research, set. 2017.

GUINEA, J. et al. *Impact oriented monitoring: a new methodology for monitoring and evaluation of international public health research projects.* Research Evaluation, v. 24, p. 131-145, 2015.

HESSELS, L. et al. *The role of knowledge users in public-private research programs: an evaluation challenge.* Research Evaluation, v. 23, p. 103-116, 2014.

MAKKAR, S. et al. *The development of SAGE: a tool to evaluate how policymakers engage with and use research in health policymaking.* Research Evaluation, v. 25, n. 3, p. 315-328, 2016.

UPTON, S.; VALLANCE, P.; GODDARD, J. *From outcomes to process: evidence for a new approach to research impact assessment.* Research Evaluation, v. 23, p. 352-365, 2014.

D.11 Tópicos Especiais em C,T &I

Bibliografia Básica

Trata-se de um ciclo de mesas redondas e palestras a partir das quais se organizarão debates em torno aos temas tratados, com o objetivo de propiciar a efetiva participação dos alunos, sendo assim, são consideradas as bibliografias básicas de todas as disciplinas.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Marco legal da ciência, tecnologia e inovação.* Lei n. 13.243, de 11 jan. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13243-11-janeiro-2016-782239-publicacaooriginal-149178-pl.html>>.

BRASIL. *Vetos ao Marco Legal da ciência, tecnologia e inovação.* Lei n. 13.243, de 11 jan. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13243-11-janeiro-2016-782239-veto-149183-pl.html>>.

BRASIL. *Decreto que regulamenta o Marco Legal da ciência, tecnologia e inovação.* Diário Oficial da União, 8 fev. 2018. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/02/2018&jornal=515&pagina=10&totalArquivos=180>>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano nacional de recursos hídricos.* Brasília: MMA, 2016. Disponível em: <<http://www.participa.br/recursoshidricos/pnrh/o-plano-nacional-de-recursos-hidricos>>.

CGEE. *Desertificação, degradação de terras e secas no Brasil.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/>>.

CGEE. *A questão da água no Nordeste.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/>>.

ICDK; IFHP. *Smart solutions for innovative cities: pre-conference report.* Copenhagen: ICDK; IFHP, 2015. Disponível em: <http://archive.ifhp.org/sites/default/files/staff/PreConferenceReport_FINAL080915.pdf>.

CGEE. *Cidades sustentáveis: significados e implicações para a política nacional de ciência e tecnologia.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz C. de. *A metrópole em questão: desafios da transição urbana.* 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, maio 2017.

CNPEN. *Projeto Sirius.* Campinas: CNPEN, 2014. Disponível em: <<http://lnls.cnpem.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-do-Projeto-Sirius-2014.pdf>>.

IPCC. *Climate change synthesis report.* Geneva: IPCC, 2014. Disponível em: http://epic.awi.de/37530/1/IPCC_AR5_SYR_Final.pdf

CGEE. *Prospecção tecnológica no setor elétrico brasileiro: agenda estratégica de CT&I no setor elétrico brasileiro.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/>>.

CGEE. *Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals – advanced low-carbon fuels for transport and industry.* Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/>>.

D.12 Metodologia de Pesquisa

Bibliografia Básica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normas da ABNT para documentação.* Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.* Petrópolis: Vozes, 1990.

BECKER, Fernando; FARINHA, Sérgio; ACHEID, Urbano. *Apresentação de trabalhos escolares*. Porto Alegre: Prodil, 1986.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1999.

CHALMERS, Alan Francis. *O que é ciência afinal!* São Paulo: Brasiliense, 1993.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico*. São Paulo: Hbra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KOCHE, José Carlos. *Fundamentos da metodologia científica*. Porto Alegre: Vozes, 1984.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

LUZ, A. A. et al. *Manual da metodologia científica: uma introdução à metodologia científica*. Curitiba: 1987.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

VIEGAS, Waldyr. *Fundamentos de metodologia científica*. Brasília: 1999.

Bibliografia Complementar

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica: para uso de estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

DE MASI, Domenico. *A emoção e a regra*. Brasília: UnB, 1999.

ROBERTS, Royston Murphy. *Descobertas acidentais em ciência*. Campinas: Papirus, 1993.

D.13 Práticas em Gestão de Políticas de CT&I

Bibliografia Básica

LYASNIKOV, Nikolay et al. *The national innovation system: the conditions of its making and factors in its development*. 2014.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. *Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

DE NEGRI, F.; RAUEN, A. *Innovation policies in Brazil during the 2000s: the need for new paths*. Discussion Paper. Brasília: Ipea, forthcoming.

BRASIL. Decreto n. 8.877, de 18 de outubro de 2016. Anexo I.

BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2016-2022: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento econômico e social*. Brasília: MCTIC, 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea “g”, da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília, 2018.